

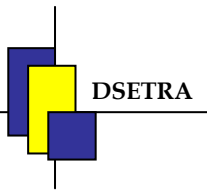


**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL**

**SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS  
DIRECÇÃO REGIONAL DO TRABALHO**

**indicadores sócio-laborais**  
**da**  
**Região Autónoma da Madeira**  
**ano 2006**  
**breve súmula**

Elaboração:  
d direcção de serviços de estatísticas do trabalho  
maio 2007



DSETRA

# **INDICADORES SÓCIO- LABORAIS**

## **BREVE SÚMULA**

### **ANO 2006**

A actividade laboral constitui um dos mais importantes vectores da vida sócio-económica, quer pela sua dimensão e implicações no desenvolvimento, quer pela sua expressão social, ou seja, na vida concreta das pessoas, seja dos agentes económicos, seja dos trabalhadores e suas famílias.

Por isso esta é uma área eleita, no topo das preocupações sociais do Programa do Governo Regional, em relação à qual temos sempre votado todo o interesse e empenho, o que tem permitido a criação de condições para a normalidade, a estabilidade e a confiança, assentes num relacionamento responsável com todos os parceiros sociais, como tem sido plenamente demonstrado na nossa prática, nestes anos de Autonomia Regional.

Vejamos o essencial que caracteriza a nossa acção no domínio do Trabalho e que expressa a concretização dos objectivos fundamentais nesta área, que poderíamos sintetizar nas seguintes linhas de orientação:

- **criação de condições de diálogo, concertação e estabilidade, numa base de parceria tripartida, propiciadores da criação de Emprego e da melhoria das condições de trabalho;**
- **estímulo e prevalência da autonomia negocial dos parceiros sociais, facultando todo o apoio, em todas as iniciativas e pedidos de colaboração;**
- **acompanhamento a todos os níveis da realidade laboral, em defesa de tais objectivos e na salvaguarda de princípios de justiça e promoção do desenvolvimento das condições de trabalho;**

A área do Trabalho, cuja coordenação e tutela depende da **Secretaria Regional dos Recursos Humanos**, integra o elenco vasto de atribuições assumidas – em áreas tão diversas como :

- **na apreciação das condições de trabalho, através da acção administrativa de autorizações, seja na duração do trabalho, seja na prestação de apoio técnico e informativo;**
  - **na acção formativa em termos de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho;**
  - **na Contratação Colectiva;**
  - **na Conciliação de conflitos individuais ou colectivos;**
  - **na Igualdade;**
  - **nas Estatísticas Laborais;**
- sem esquecer a importância da acção no plano fiscalizador.**

A nossa acção normal, na área laboral, abrange um vasto leque de atribuições e competências que são exercitadas, pelos respectivos departamentos, que como lhes compete, dão o seu melhor, com eficácia, rigor e sentido de causa pública.

## SÚMULA DE INDICADORES

### 1- População total e activa

De acordo com os resultados do Inquérito ao Emprego (da DRE) a população total da Região Autónoma da Madeira cifrava-se, no ano de 2006 (média anual) em **245,7 milhares** de habitantes (116,0 milhares de homens e 129,7 milhares de mulheres). A População Activa era também neste período estimada em **124,0 milhares** e a taxa de actividade cifrava-se em 50,5%. Por géneros, a população activa **masculina** era de **66,6 milhares** e taxa de actividade de 57,4%. A população activa feminina atingia os **57,4 milhares** e uma taxa de actividade de 44,2%.

### 2- Emprego

A população empregada atingia os **117,3 milhares** dos quais, 63,5 milhares eram homens e 53,8 mulheres.

Cerca de **2/3** da população empregada exercia a sua actividade no **sector dos Serviços (73,4 milhares)**, sendo a maioria (**58,2%**) do sexo feminino.

A situação perante a profissão da maioria dos activos era a de **trabalhador por conta de outrem**, representando **82,7%** do emprego total e correspondendo a **97 milhares** dos quais 51,1 milhares são homens e 45,9 milhares são mulheres.

## 2- Emprego (continuação)

Ao nível da repartição dos trabalhadores por conta de outrem (TCO) segundo o vínculo contratual, a grande maioria, cerca de **79,6 milhares** (representando **82,1%** dos TCO's) eram permanentes e **14,5%** (a que correspondem **14,1 milhares** de trabalhadores) possuíam um contrato a termo (**16,3%** no País).

## 3- Desemprego

Em 2006, em termos médios, o número de desempregados foi estimado em **6,7 milhares** de indivíduos, correspondente a uma **taxa de desemprego avaliada em 5,4%**. A nível nacional esta taxa situa-se nos **7,7%** a que correspondem **427,8 mil** indivíduos desempregados.

## 4 – Estrutura empresarial

Segundo os apuramentos dos **Quadros de Pessoal**, na Região Autónoma da Madeira o número de empresas atingia, em **2005**, as **6 802** unidades, elevando-se a **8 369** o número de estabelecimentos que tinham ao seu serviço **70115 trabalhadores**.

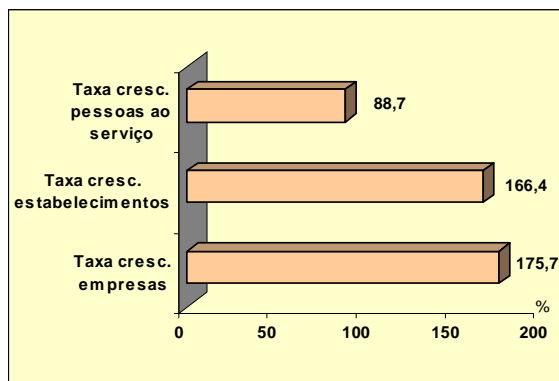
### Evolução da estrutura empresarial

	Nº Empresas	Nº Estabelecimentos	Nº Pessoas ao serviço nos estabelecimentos
1986	1913	-	-
1990	2467	3141	37149
1994	3504	4262	41253
1998	4545	5843	49371
2000	5310	6472	56603
2003	6197	7573	65374
2005	6802	8369	70115

Fonte: Quadros de Pessoal Direcção Regional do Trabalho

A dinâmica empresarial é bastante elevada:

### Dinâmica empresarial no período 1990-2005



## 5 – Remunerações – salário mínimo regional

O **salário mínimo** foi instituído em **1974** através do Decreto-Lei nº **217/74 de 27 de Maio**. Os seus valores foram também aplicados na Região até **1986**.

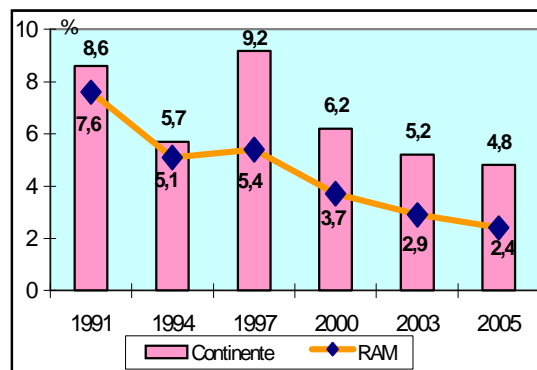
A partir desse ano, o **Governo Regional** passou a estabelecer **acréscimos regionais de 2%** aos valores fixados em sede própria para o Continente.

O valor regional fixado para vigorar em **2007** é de **411,06 euros**. No Continente cifra-se em **403,00 euros**.

Apesar de os valores do salário mínimo regional serem superiores aos fixados para o Continente, a incidência do salário mínimo, medida pela proporção de trabalhadores abrangidos tem sido, em geral, ao longo dos anos, inferior à registada nesse espaço territorial:

### Taxas de cobertura da remuneração mínima mensal

(% de TCOs a tempo completo remunerados pelo S. M.)



## 6 – Remunerações convencionais

Em primeiro lugar deve referir-se que, a nível do associativismo laboral, existem na Região as seguintes organizações dos trabalhadores:

- **22 sindicatos (regionais);**
- **1 união de sindicatos (regional);**
- **22 delegações de sindicatos (nacionais);**
- **1 delegação de união de sindicatos (nacional);**

dos empregadores:

- **15 associações regionais.**

A contratação colectiva de âmbito exclusivamente regional é constituída por **37 instrumentos de regulamentação**, assim repartidos:

- **6 Acordos de Empresa (AE`s);**
- **4 Acordos Colectivos de Trabalho (ACT`s);**
- **27 Contratos Colectivos de Trabalho (CCT`s).**

A regulamentação colectiva regional abrange cerca de **78%** do universo dos trabalhadores ao serviço dos estabelecimentos do sector estruturado da economia regional que em sede de Quadros de Pessoal indicam algum instrumento válido. Os instrumentos regionais têm, em geral, sido objecto de revisão anual. Os contratos de âmbito nacional com aplicação na Região cifram-se em **74** (ano 2005).

Os acréscimos remuneratórios intertabelas resultantes do movimento da negociação colectiva regional têm sido superiores aos níveis de inflação registados como também aos valores do Continente:

**Evolução das remunerações convencionais**

Anos	R. A. Madeira		Continente	
	Variação nominal	Variação real	Variação nominal	Variação real
1993	8,0	+1,4	7,9	+1,3
1995	5,5	+1,1	5,0	+0,9
2000	3,4	+1,1	3,4	+0,5
2003	3,5	+0,5	2,9	-0,4
2005	3,4	+0,7	2,7	+0,4
2006	3,2	+0,5	2,7	-0,4

## 7 – Ganhos médios

Os ganhos médios (líquidos) dos trabalhadores por conta de outrem, a tempo completo, ao serviço dos estabelecimentos do sector estruturado da economia regional, apurados através dos Mapas dos Quadros de Pessoal, apresentam, na Região, entre 1993 e 2005 um crescimento médio anual de **5,82%** que compara com **4,78%** registado no Continente.

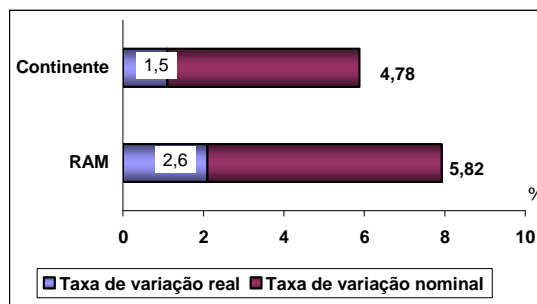
A diferenciação do ritmo de crescimento conduziu a uma redução de **11** pontos na desigualdade salarial existente entre ambas as regiões: assim, enquanto em **1993** o ganho médio regional representava **cerca de 88%** do valor do Continente em **2005** atingia já os **99%**. Em valores absolutos, o ganho médio cifrava-se, em **1993**, em **457,7** euros na **Região** e em **519** no **Continente**. Em **2005** atingia os **901,46** euros na **RAM** e os **909,35** no **Continente**:

**Evolução do Ganho médio mensal**

Anos	Ganho médio		Representatividade do ganho médio regional face ao ganho do Continente (%)
	R.A. Madeira (euros)	Continente (euros)	
1993	457,67	519,00	88,2
2005	901,46	909,35	99,2

Fonte: Quadros de Pessoal Direcção Regional do Trabalho

**Taxas médias de crescimento anual do ganho médio no período 1993 - 2005**



Fonte: Quadros de Pessoal Direcção Regional do Trabalho

## 7 – Ganhos médios (continuação)

Ao nível dos distritos, em **1993** o ganho médio da Região Autónoma da Madeira apresentava-se inferior ao verificado em 7 dos referidos distritos. Em **2005** o ganho médio regional era já superior ao apurado em 17 dos restantes 19 distritos, sendo apenas superado por Lisboa, com 1201,68 euros e Setúbal com 904,62 euros:

Ganho médio mensal, por distritos		
	1993	2005
Aveiro	437	811
Beja	452	749
Braga	386	689
Bragança	453	675
C. Branco	397	696
Coimbra	458	800
Évora	452	788
Leiria	453	783
Lisboa	670	1202
Portalegre	442	744
Porto	480	855
Santarém	459	789
Setúbal	546	905
V. Castelo	404	698
Vila Real	442	734
Viseu	410	715
R. A. Açores	482	813
R. A. Madeira	457,7	901

Fonte: Quadros de Pessoal

## 8 – Conflitualidade laboral

A dimensão do fenómeno grevista assume, no mundo laboral da Região, diminuta expressividade, quer ao nível da totalidade dos conflitos, quer dos conflitos de âmbito exclusivamente regional.

Quanto aos **conflitos exclusivamente regionais**, resumem-se, a uma média de cerca de **1 greve** por ano (no quinquénio de 2002 a 2006), em geral circunscrita a uma ou duas empresas e normalmente relacionada a questões inerentes à própria empresa. Cada conflito regista uma adesão média de **13 trabalhadores** e a perda de **11,2 dias** de trabalho por trabalhador envolvido:

Nº de greves, trabalhadores em greve e dias perdidos

	2002	2003	2004	2005	2006
Nº de greves	2	2	2	-	1
Nº Trabalhadores em greve	33	28	24	-	6
Nº dias de trabalho perdidos	787(a)	120	7	-	105

(a) valor anómalo, resultante de um conflito de duração excepcionalmente longa

Refira-se que em 2006 ocorreu apenas um conflito regional.

Quanto ao impacto das greves no emprego regional cifra-se, nas greves exclusivamente regionais, em

- **0,3 trabalhadores em greve** e

- **3,6 dias de trabalho perdidos**

por 1 000 trabalhadores ao serviço.

No que respeita ao total dos conflitos (exclusivamente regionais+nacionais) que ocorreram na RAM entre 2002 e 2006, os principais indicadores são os seguintes:

	2002	2003	2004	2005	2006(a)
Nº de greves	5	5	5	2	4
Nº Trabalhadores em greve	659	315	185	80	167
Nº dias de trabalho perdidos	1389	551	190	145	263

(a) até ao final do 3º trimestre

## 9 – Sinistralidade laboral

No domínio dos acidentes de trabalho, os indicadores mais recentes, que respeitam aos anos de 2000 a 2003, apontam para uma melhoria expressa por uma **redução número de ocorrências em 13,8%**, ao passarem de **4 115** (em 2000) para **3 547** (em 2003). No País regista-se uma **subida de 1,3%** a que correspondem **mais 3 030** acidentes em 2003 (ano em que se registaram **237 222** ocorrências) face a 2000 (**234 192** acidentes).

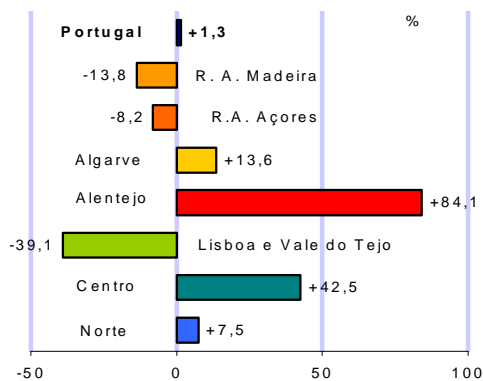
Por regiões, o número e taxas de variação dos acidentes apresenta os seguintes valores:

### Acidentes por Região

Região	Nº de acidentes		
	2000	2001	2003
Norte	96 475	102 443	103 719
Centro	45 450	51 578	64 762
Lisboa e V. Tejo	68 129	67 654	41 501
Alentejo	7 050	8 759	12 982
Algarve	5 676	6 717	6 446
R.A. Açores	2 541	2 145	2 333
<b>R.A. Madeira</b>	<b>4 115</b>	<b>3 513</b>	<b>3 547</b>
Ign+Estrangeiro	4 756	2 178	1 932
<b>TOTAL</b>	<b>234 192</b>	<b>244 987</b>	<b>237 222</b>

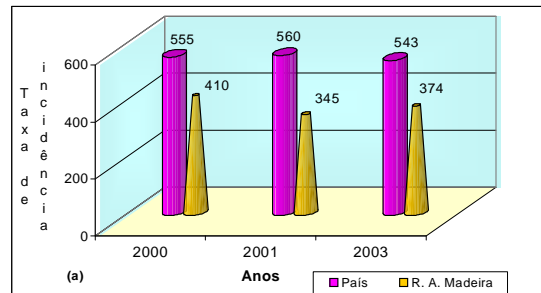
## 9 – Sinistralidade laboral (continuação)

Taxas de variação do n.º. de acidentes por Região (2003/2000) %



A taxa de incidência da sinistralidade laboral – indicador que reflecte as ocorrências relativamente à população em risco de sofrer acidente – diminuiu o respectivo índice ao descer de 410 para 374 acidentes de 2000 para 2003 por cada 10 000 trabalhadores sujeitos a risco. No país, os valores deste indicador são bastante superiores, embora

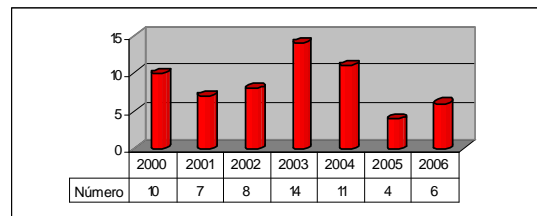
também com tendência para o decréscimo, ao passarem de 555 para 543.



(a) Número de acidentes por 10 000 trabalhadores sujeitos a risco

No que respeita aos **acidentes mortais**, os valores apurados pela Inspeção Regional do Trabalho são:

Acidentes mortais



## 10– Trabalho Infantil

A quantificação e caracterização do fenómeno do trabalho infantil e sua evolução foram os objectivos que determinaram a realização, em 1999 e em 2001, dos Inquéritos à Caracterização Social dos Agregados Familiares com Menores em Idade Escolar na Região Autónoma da Madeira e no restante território nacional

Os resultados obtidos para a Região permitem afirmar que as **situações de trabalho infantil são residuais e inexpressivas**: os menores que declararam efectuar alguma actividade económica

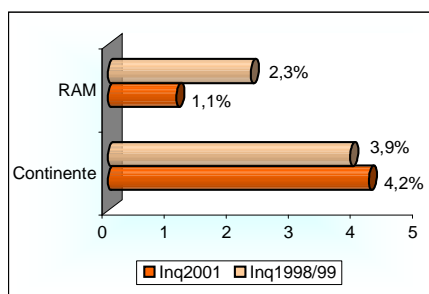
representavam **2,3%** da totalidade dos menores, em **1999**, descendo para **1,1%** em **2001**. No entanto, os casos que configurariam verdadeiras situações de trabalho infantil representariam apenas **0,3%** dos menores (em **2001** contra **0,7%** em **1999**) e circunscreviam-se a trabalhos de construção civil ou a algumas actividades relacionadas com as Indústrias Transformadoras.

No Continente, os estudos mostram que o fenómeno do trabalho infantil tem dimensão superior e comportamento inverso ao apresentado pela Região,

## 10– Trabalho Infantil (continuação)

caracterizando-se por um **acréscimo de 0,3%** em termos de representatividade, ao passar o seu peso dos **3,9%** apurados através do primeiro inquérito, para **4,2%** em **2001**.

Evolução do Trabalho Infantil na Região e no Continente



## 11– Imigrantes – movimento de processos de contratos de trabalho

No período de **2001 a 2006** deram entrada na Direcção Regional do Trabalho **14 485** processos relativos a contratos individuais de trabalho de cidadãos imigrantes, oriundos de países do exterior ao Espaço Económico Europeu, assim repartidos:

- ano 2001 - 2 871
- ano 2002 - 3 079
- ano 2003 - 2 132
- ano 2004 - 2 825
- ano 2005 - 2 135
- ano 2006 - 1443

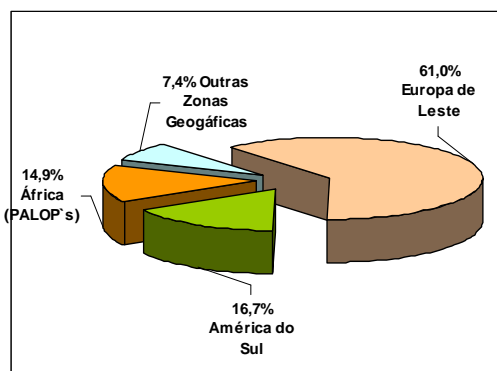
Todos os processos foram devidamente analisados pelos competentes Serviços da Direcção Regional do Trabalho, obtendo despacho favorável todos os que cumpriam os

requisitos estipulados no quadro legislativo aplicável (regime jurídico que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do Território Nacional).

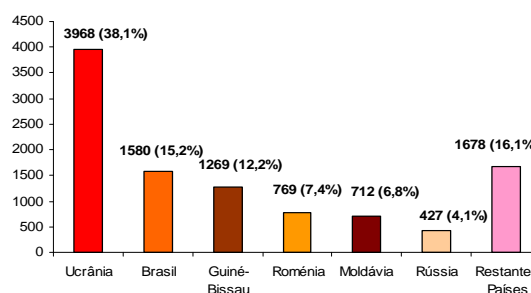
Globalmente, ao longo do período em apreço, obtiveram despacho favorável 10 403 processos que correspondem a cerca de 72% da totalidade dos processos recebidos.

A **maioria** dos processos despachados favoravelmente (**61,0%** - **6 346**) pertencem a **cidadãos oriundos da Europa de Leste**, a que se seguem os da **América do Sul (16,7%** - **1 738**) e os da **África – PALOP's (14,9%** - **1 546)**.

Distribuição % dos processos por grandes áreas geográficas



Ao nível das **nacionalidades**, verifica-se a existência de processos de imigrantes de mais de **50 países**, donde se destacam, por ordem decrescente de volume, os seguintes:





## 11– Imigrantes – movimento de processos de contratos de trabalho (continuação)

Focalizando a análise nas **categorias/profissões** inscritas nos processos, constata-se a indicação de mais de **140**, que vão desde os **Engenheiros Civis aos Ajudantes de Padaria**. No entanto, as profissões mais frequentemente indicadas são as seguintes:

Profissões mais indicadas nos processos  
(frequência das profissões)

Profissões	Número	%
<b>Total</b>	<b>10 403</b>	<b>100,0</b>
Servente Construção	4 828	46,4
Pedreiro	1 482	14,2
Carpinteiro	555	5,3
Armador de Ferro	393	3,8
Cozinheiro	253	2,4
Empregado de Mesa	240	2,3
Trabalhador de Limpeza	191	1,8
Trabalhador de Armazém	135	1,3
Outras Profissões	2 326	22,4

Ao nível dos **sectores de actividade** de destino, é a **Construção Civil**, com **7 713** processos (**74,1%** do total) que congrega a maioria das solicitações. Das restantes actividades, embora com grau de preponderância bastante mais reduzido, destaca-se a **Restauração** com **577** processos (**5,6%**), o **Comércio** com **491** (**4,7%**) e as **Outras Actividades de Serviços Sociais e Pessoais**, com **438** processos (**4,2%**).

Refira-se ainda foram solicitados à Direcção Regional do Trabalho 439 pedidos de parecer com vista à obtenção de vistos de trabalho, assim distribuídos: 289 no ano de 2005 e 150 em 2006.

Após a devida análise, em conformidade com a actual legislação que regula esta matéria, obtiveram-se os seguintes resultados:

- 169 pedidos (38,5%) obtiveram resposta favorável (106 em 2005 e 63 em 2006);

- 181 pedidos (41,2%) obtiveram resposta desfavorável (125 em 2005 e 56 em 2006);

- 87 (19,8%, sendo 56 de 2005 e 31 de 2006) aguardam a junção de documentos em falta ou o parecer de outros organismos da Administração Regional também intervenientes no processo de análise;

- Os restantes (2) respeitam a desistências de pedido de visto.

## 12 – Contratos a termo

O nº2 do artigo 133º do Código do Trabalho adaptado à região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional nº3/2004/M impõe aos empregadores o dever de comunicar trimestralmente, à Direcção Regional do Trabalho (DRT), o movimento de contratos a termo que ocorram nesse lapso de tempo nas suas empresas.

No cumprimento desta disposição legal, foram comunicadas no ano de 2006, à DRT, 1 579 celebrações de contratos, valor que representa uma diminuição de 11,4%, a que correspondem menos 204 participações, face a 2005, ano em foram referenciadas 1 783 contratações.

Número de contratos a termo celebrados e participados à DRT, em 2006 por actividades, segundo os géneros

Actividade CAE- Rev. 21	Total	Homens	Mulheres
Total	1579	736	843
A Agricultura	2	2	-
C Indústria Extrativa	1	1	-
D Indústrias Transformadoras	63	31	32
E.41 Captação e Tratamento de Água	21	17	4
F Construção	159	151	8
G Comércio	632	230	402
H551 Estabelecimentos Hoteleiros	380	180	190
H553 Restaurantes	96	37	59
I Transportes, Armazenagem e comunicações	75	46	29
J Actividades Financeiras	5	2	3
K Activ. Imobiliárias, Alug. e Serv. Prest. Às Empresas	-	-	-
N Saúde e Acção Social	14	3	11
O Outras Actividades de Serv. Colectivos, Sociais e Pessoais	131	26	105

Maior/2007

## 12 – Contratos a termo (continuação)

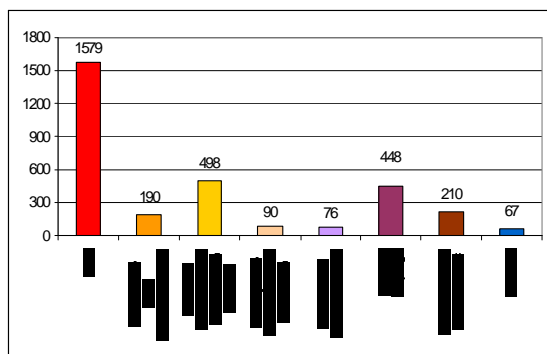
Mais de 40% das contratações (632) foram comunicadas por empresas da actividade Comércio, seguindo-se a Hotelaria (380) e a Construção (159).

Por sexos, o número de contratações de Mulheres, 843 (53,3%) é superior às dos Homens, 737 (46,7%).

Das profissões mais indicadas, destacam-se as relacionadas com o Comércio, salientando-se os Caixeiros/Vendedores de Loja e os Repositores/Operadores de Supermercado, referenciadas em 510 participações.

Dos motivos que fundamentaram a celebração dos contratos destaca-se o Aumento Excepcional da Actividade da Empresa, com 498 indicações.

Contratos celebrados, por motivos



Ao longo de 2006 foram participadas 1 061 cessações de contratos a termo, sendo a maioria (48,7%) de empresas ligadas à actividade Comércio e tendo como titular contratado do sexo feminino (582). O Motivo mais indicado para a cessação foi o Fim de Contrato.

Número de cessações de contratos a termo participadas à DRT, em 2005, por actividades, segundo os géneros

Actividade CAE - Rev. 2.1	Total	Homens	Mulheres
Total	1061	479	582
A Agricultura	1	1	-
C Indústria Extrativa	6	6	-
D Indústrias Transformadoras	16	12	4
E 41 Captação e Tratamento de Água	4	-	4
F Construção	129	123	6
G Comércio	517	154	363
H 551 Estabelecimentos Hoteleiros	250	135	115
H 553 Restaurantes	20	11	9
I Transportes, Armazenagem e comunicações	17	9	8
K Activ. Imobiliárias, Alug. e Serv. Prest. Às Empresas	3	1	2
N Saúde e Acção Social	1	-	1
O Outras Actividades de Serv. Colectivos, Sociais e Pessoais	87	17	70
Ignorado	10	10	-

## 13 – Taxa de salário na Construção

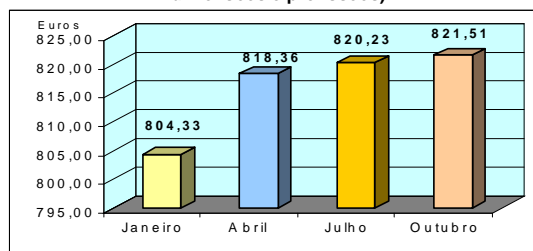
A taxa de salário do conjunto das profissões mais relevantes do sector da Construção apurada pelo Inquérito aos Salários por Profissões na Construção atingiu, em Outubro de 2006 os 821,51 euros, revelando um acréscimo de 4,7% face ao período homólogo de 2005.

No quadro e gráficos seguintes apresenta-se a evolução deste indicador ao longo de 2006:

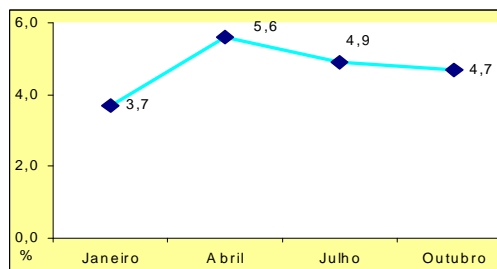
Taxa de salário mensal - Total das dimensões

Profissões	Janeiro	Abril	Julho	Outubro
<b>Total</b>	804,33	818,36	820,23	821,51
Engenheiro Civil	1931,63	2098,32	2141,40	2126,50
Pedreiro em Geral	761,38	763,37	763,36	762,18
Armador de Ferro	754,17	762,07	763,25	757,01
Encarregado de Construção Civil	1162,30	1180,06	1163,81	1198,94
Carpinteiro de Limpos	768,90	782,79	774,12	773,98
Carpinteiro de Toscos	758,24	763,88	766,81	778,39
Espalhador de Betuminosos	735,74	747,28	753,55	740,28
Ladrihador (Azulejador)	842,94	847,70	835,64	815,41
Estucador	738,65	736,55	735,94	736,34
Canalizador	835,26	890,83	891,45	884,72
Electricista em Geral	882,31	888,74	896,04	889,83
Pintor da Construção Civil	760,66	768,19	765,26	755,75
Serralheiro Civil	820,45	827,62	829,27	831,60
Motorista Veículos Pesados - Mercadorias	824,91	831,15	837,43	837,19
Condutor de Máquinas de Escavação	780,02	786,03	788,98	791,38
Servente da Construção Civil	637,07	639,66	639,38	639,05

Taxa de salário mensal –ano 2006 (total das dimensões e profissões)



Taxa de salário mensal – variação % homóloga (total das dimensões e profissões)



Maio/2007

## 14 – Índice de preços no consumidor – ano 2006

De acordo com os dados divulgados oportunamente pela Direcção Regional de Estatística da Madeira, a variação média anual total registada pelo Índice de Preços no Consumidor (taxa de inflação anual) em 2006 cifrou-se em 2,6%.

No ano de 2005 esta taxa foi de 2,7%.

No País, atingiu em 2006 os 3,1% contra 2,3% em 2005.

O quadro seguinte apresenta a variação % mensal, homóloga e média dos últimos 12 meses

do IPC (taxas de inflação) de 2006 da Região Autónoma da Madeira:

**Índice de Preços no Consumidor - taxas de variação  
Ano 2006 - Região Autónoma da Madeira  
(Base 100: 2002)**

Meses	Variação mensal %	Variação homóloga %	Variação média dos últimos 12 meses (%)
Janeiro	-0,1	2,0	2,7
Fevereiro	0,5	2,9	2,7
Março	1,2	3,6	2,7
Abril	0,4	3,4	2,8
Maió	-0,1	3,1	2,8
Junho	-0,1	3,3	3,0
Julho	0,3	2,8	3,0
Agosto	-0,2	2,8	3,0
Setembro	-0,4	1,8	2,8
Outubro	0,0	1,6	2,7
Novembro	0,2	1,7	2,7
Dezembro	-0,3	1,5	2,6

Fonte: Índice de Preços no Consumidor - DREM

**NOTA IMPORTANTE:** Os conceitos e definições subjacentes aos indicadores apresentados no documento, poderão ser consultados nas publicações da especialidade editadas pela Direcção Regional do Trabalho e pela Direcção Regional de Estatística da Madeira.

- XXX -

**Elaboração:** Direcção de Serviços de Estatísticas do Trabalho